

Assembleia Geral

04 agosto - segunda-feira, 10h

Local
Escola de
Serviço
Social

Pauta
Informes; Delegação e
Caderno de Textos do
CONAD; Assuntos Gerais

www.adufrj.org.br



Na ABI: encontro discutiu
criminalização dos movimentos

Página 8

Samuel Tosta - 24/07/2014



Samuel Tosta: 26/07/2014

AGENDA/Andes-SN

30 de julho

QUARTA-FEIRA

Às 17h, concentração
na Candelária

**protestar
não é crime!**



Pela liberdade e anistia de todos
os presos políticos brasileiros.

Não foi por 0,20 centavos. Não foi pela Copa. Foi por direitos.

Comitê popular contra o Estado de Exceção

31 de julho

QUINTA-FEIRA

**Ato na Unirio
contra a Ebserh**

- Mobilização para barrar privatização do HU da Unirio
- Debate às 9h, com a participação de representantes da UFRJ, UFF e do Andes-SN

▪ Em seguida, ato público.

4 agosto

SEGUNDA-FEIRA

Ato na Uerj

- Em defesa da democracia: lutar não é crime.
- às 18h na UERJ



DIAGNOSTICO

Educação sob ataque do capital

Este foi um dos diagnósticos expostos no Encontro Estadual de Educação. A reunião foi preparatória ao Encontro Nacional de Educação que acontece agora em agosto. As inscrições vão até esta quarta-feira e podem ser feitas neste endereço: <http://ene2014.wordpress.com/inscricoes/>.

ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



Em busca de um projeto

Encontro Estadual de Educação apresenta as necessidades de organização e articulação dos movimentos sociais para fazer frente aos ataques vividos pela educação pública

Reunião foi preparatória do Encontro Nacional de Educação de 8 a 10 de agosto, no Rio de Janeiro

Silvana Sá

silvana@adufjrj.org.br

“Não temos um projeto alternativo ao imposto pelos setores dominantes para a Educação. Esta é uma tarefa necessária e urgente”. Com essas palavras o professor Titular da Faculdade de Educação da UFRJ, Roberto Leher, iniciou a mesa de abertura do Encontro Estadual de Educação do Rio de Janeiro. As palavras, aparentemente desalentadoras, são na realidade a constatação de que há muito que fazer, principalmente no campo da educação pública. A etapa preparatória do Encontro Nacional ocorreu no dia 26 de julho, no Instituto Superior de Educação. O ENE acontecerá também no Rio de Janeiro, de 8 a 10 de agosto. O prazo de inscrição termina no dia 30 de julho.

Leher explicou que a educação vive não só um momento de disputas conceituais, como também um forte ataque por parte do empresariado. O movimento Todos pela Educação, explica o professor, é uma coalizão de empresários de diversos setores, inclusive do financeiro, com objetivo de realizar uma “ação classista”. “No discurso, eles dizem que organizam uma agenda para o Brasil, mas ocultam que esta é uma agenda para o capital”.

De acordo com Roberto Leher, o Todos pela Educação se constitui atualmente como a principal organização que põe em prática a tarefa de transformar a educação, especialmente a pública, em local de doutri-



Dever de casa. Militantes e trabalhadores da área da educação se reúnem para construir propostas a serem levadas para o ENE

Fotos: Sam te | Tosta: 26/07/2014

namento da classe trabalhadora: “Atualmente são 190 mil escolas sendo normatizadas e isto se faz impondo cartilhas, avaliações, IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) etc. Tem sido retirado do professor o papel de construir o conhecimento. Ele passa a ser mero reproduzidor de conhecimento”.

Crise financeira e educação

Segundo a análise do professor da Faculdade de Educação da UFRJ, a crise financeira vai se aprofundar no Brasil e a entrada do setor financeiro no ramo educacional foi pensada também como forma de amenizar os efeitos da crise sobre a classe dominante. “Neste movimento de abertura de capital há também a desnacionalização da educação brasileira”. Um dos resultados foi a fusão de duas gigantes da educação privada (Kroton e Anhangüera) que resultou na maior empresa de educação do mundo, a Kroton, com um milhão e meio de estudantes. O número de alunos é superior ao de 30 universidades federais juntas.

A entrada do setor financeiro no campo da educação, associado aos incentivos públicos à iniciativa privada, desaguam na abertura de capital de empresas de educação na Bolsa de Valores e financiamento do setor privado da educação com recursos públicos. Financiamentos estudantis, como o Fies, programas como o Prouni e incentivos fiscais são responsáveis pela injeção de dinheiro público na educação privada.

Cresce nesse contexto a educação à distância, diminuem-se os recursos humanos necessários à qualidade e excelência das aulas. Reduzida à mercadoria que gera lucro, a educação pública, gratuita e de qualidade perde campo.

Fatia do PIB para o setor privado

Roberto Leher afirmou que a aprovação dos 10% do PIB para a Educação não se configurou exatamente em uma conquista. “Por mais que tenhamos afirmado a necessidade de que os recursos do PIB fossem destinados exclusivamente para a educação pública, o parágrafo 4º do Artigo 5º da lei diz que os investimentos poderão ser realizados em programas como o Fies (Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), o ProUni (Universidade para Todos), o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e o Ciência sem Fronteiras. Ou seja, o PIB poderá ser destinado à iniciativa privada”.

A Lei 13.005/2014, que aprova o PNE, considera também como investimento público em educação “os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial”.

“Vamos ter que dar carne e sangue para o que entendemos como público. É forçoso reconhecer que ainda não conseguimos amadurecer nossa agenda de educação. O que temos a dizer sobre a ideia de pensar a educação como formadora de mão de obra para o mercado? A formação própria e auto-organizada dos trabalhadores é imprescindível”, finalizou o docente.



SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ

Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufjrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro **1º Vice-Presidente:** Luciana Boiteux **2º Vice-Presidente:** Cleusa Santos **1º Secretário:** José Henrique Sanglard **2º Secretário:** Romildo Bomfim **1º Tesoureiro:** Luciano Coutinho **2º Tesoureira:** Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação** Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda **Escola de Serviço Social** Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes **Faculdade de Educação** Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemus Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher **Escola de Comunicação** Luiz Carlos Brito Patemostro **Faculdade de Administração e Ciências Contábeis** Vitor Mario Iorio; Antônio José Barbosa de Oliveira **Instituto de Economia** Alexis Nicolas Saludjian **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional** Cecília Campello do Amaral Mello **Faculdade Nacional de Direito** Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo** Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimandou Rola; André Onli Parreiras **Escola de Belas Artes** Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema **Faculdade de Letras** Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira **Escola de Educação Física e Desportos** Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca **Escola de Enfermagem Anna Nery** Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho **Coppe** Vera Maria Martins Salim **Escola Politécnica** José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra **Coordenador de Comunicação** Luiz Carlos Maranhão **Editor Assistente** Kelvin Melo de Carvalho **Reportagem** Silvana Sá e Elisa Monteiro **Projeto Gráfico e Diagramação** Douglas Pereira **Estagiários** Filipe Ferreira **Tiragem** 4.000 **E-mails:** adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br **Redação:** comunicacao@adufjrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufjrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufjrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufjrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Plano de saúde

Novas adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufjrj-SSind ocorrem entre os dias 4 a 15 de agosto para utilização em 10 de setembro de 2014.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelos telefones 976-866-793 e 994-110-361 ou pelo e-mail convenio.unimed@adufjrj.org.br.

ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO



Crise na educação superior

Professora avalia o avanço do capital sobre as instituições públicas de ensino superior no país

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A professora Andrea Vale, da Universidade Federal Fluminense (UFF), focou sua apresentação nos desafios e problemas da educação superior no Brasil. “A transformação do mundo do trabalho com o avanço da precarização das relações e mudanças no aparato do Estado desembocam na super exploração dos trabalhadores da educação. Este movimento não está separado do avanço do capital privado sobre a educação pública e do avanço da educação privada capitaneada por recursos públicos”.

Para Andrea, há uma diluição das fronteiras entre o público e o privado, utilizada como estratégia pelo empresariado: “Os empresários da educação superior conseguem um conjunto de decretos que criam a figura de centros universitários. Criam-se faculdades isoladas, sem a necessidade de atuação em pesquisa ou extensão, consideradas atividades onerosas para seus

negócios e pouco eficientes do ponto de vista da formação para o trabalho”.

Política de expansão

As isenções tributárias, de acordo com a docente, têm importante papel na expansão da rede privada e possibilitam a ampliação do “acesso a instituições muitas vezes de qualidade duvidosa, com alunos sem condições de permanência”. Para Andrea, um dos “efeitos nefastos” da política de expansão é o “ataque à universidade – seja pela expansão do setor privado predominantemente por IES não-universitárias, seja pelo modo como a expansão precária rebate nas universidades públicas”.

Entre 1994 e 2002, de acordo com dados apresentados por Andrea Vale, quase dobrou o número de instituições de ensino superior no Brasil: de 851 para 1.637. Isto representou um aumento de 92,4%. No entanto, “as IES públicas reduzem seu número em -10,5% contra um aumento de 127,8%



Sob ataque. Universidades públicas sofrem com a expansão desordenada e com incentivos públicos a instituições privadas

das IES privadas. A proporção, que em 1994 era de 25,6% públicas e 74,4% privadas, em 2002, é de 11,9% públicas e 88,1% privadas”.

Quanto às matrículas, continua a docente, no mesmo período há um “crescimento total de 109,5%, entretanto, registrando-se apenas 52,3% de aumento para as matrículas públicas, contra 150,2% para as matrículas privadas”. “Isto fez com que a proporção bastante estável, durante cerca de 20 anos, em torno dos 40% de matrículas públicas e 60% de matrículas privadas passasse, em oito anos, para 30,2% de matrículas públicas e 69,8% privadas”. Entre 2003 e 2010, as matrículas cresceram 28,63% nas IES públicas e 44,96% nas privadas. “Em resumo, entre 1995 e 2012, as matrículas cresceram 144,92% no setor público e 297,30% no setor privado”.

■ Na próxima edição, as abordagens sobre a Educação Técnica e Tecnológica e a Educação no campo, também tratadas no encontro.

Encontro representativo

Diversos movimentos sociais, entidades classistas, movimentos estudantis e partidos políticos de esquerda participaram do Encontro Estadual de Educação. A carta de encerramento do encontro contabilizou a presença de 40 entidades. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Sinasefe, Fasubra, Andes-SN, Sepe, Anel, Oposição de Esquerda da UNE, Associação dos Estudantes Secundaristas do RJ, Conselho Regional de Serviço Social, PCB, PSOL, PSTU e PCR foram algumas das entidades e partidos presentes.

O número total de participantes chegou a 350. Participaram dos grupos de discussão durante a tarde 250 pessoas. Isto demonstra a disposição para articular alternativas que sejam encaminhadas ao Encontro Nacional de Educação.



Grupo que discutiu “Precarização das Condições de Trabalho”, na tarde do dia 26

Redução drástica das matrículas no estado

Eveline Algebaile, professora da Uerj, apresentou um quadro geral da educação básica e mostrou números alarmantes: há uma forte redução da participação dos estados na composição das matrículas na educação básica. No Rio de Janeiro, as matrículas estaduais caíram de 1.490.607 em 2006, para 973.666 matrículas em 2012. Para 2013, os números estão sendo atualizados e devem corresponder a pouco mais de 800 mil. “São menos 100 mil matrículas por ano no estado do Rio. É a rede que apresenta a maior queda no Brasil. Enquanto isso, a rede privada cresce 13,3% no país e 22,6% no Rio de Janeiro”.

CARREIRA

Aprovados critérios para EBTT

Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico tiveram acatada sua sugestão para alterar o texto referente à progressão de DI a DIV na Resolução que regulamenta a carreira docente na UFRJ

Também foram aprovados prazos relacionados à promoção para a Classe E (Titular).

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Prosseguiu na quinta-feira 24 a etapa de discussão e aprovação dos artigos que compõem a Resolução que define critérios de progressão e promoção da carreira docente interna à UFRJ. Nessa sessão do Conselho Universitário, um dos avanços foi a aprovação de normas que regulamentam a progressão e promoção de professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Miriam Abduche Kaiuca, única representante EBTT no colegiado, apresentou a demanda dos professores do Colégio de Aplicação, que coincidia com a proposta feita pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O destaque apresentado pela conselheira dizia respeito ao Artigo 35, parágrafo 1º da Resolução. No texto original, se considerava que a Comissão de Avaliação para os professores EBTT deveria ser composta por três professores das classes Titular ou DIV nível 4.

A conselheira esclareceu que não há no Colégio de Aplicação da UFRJ, e também não haverá em médio prazo na Escola de Educação Infantil da UFRJ (que hoje pleiteia vagas permanentes para professores EBTT), professores Titulares e nem que estejam no nível 4 da classe DIV. “Manter a reda-

ção original é incorrer em uma possível falta de Comissão de Avaliação para os professores do CAp e, futuramente, da Escola”.

Após alguns esclarecimentos, foi aprovado o destaque dos professores do CAp, com uma diferença: apenas professores doutores poderão compor a Comissão de Avaliação. Eles poderão ser da Classe subsequente a do solicitante ou da mesma Classe com pelo menos um nível superior. No texto original proposto pelos professores EBTT e pela CPPD, se considerava que professores mestres também poderiam fazer parte da Comissão, desde que pertencentes a um nível subsequente ao do solicitante.

ção original é incorrer em uma possível falta de Comissão de Avaliação para os professores do CAp e, futuramente, da Escola”.

Após alguns esclarecimentos, foi aprovado o destaque dos professores do CAp, com uma diferença: apenas professores doutores poderão compor a Comissão de Avaliação. Eles poderão ser da Classe subsequente a do solicitante ou da mesma Classe com pelo menos um nível superior. No texto original proposto pelos professores EBTT e pela CPPD, se considerava que professores mestres também poderiam fazer parte da Comissão, desde que pertencentes a um nível subsequente ao do solicitante.

Homenagem a Aloísio Teixeira

Completaram-se dois anos da morte do ex-reitor da UFRJ Aloísio Teixeira. A professora Maria Malta leu texto no qual destacou as qualidades do ex-dirigente máximo da universidade, seu senso de justiça, sua luta pela abertura democrática e, como reitor, pela condução igualmente democrática da UFRJ.

“Na clandestinidade (na qual viveu por quatro anos) atuou na formação de quadros no partido (PCB) e no retorno à vida pública, optou por formar-se economista. Em 1981 ingressou como professor na UFRJ, onde se titulou mestre, publicou sua tese de doutoramento elaborada na Unicamp e atuou como professor, pesquisador e extensionista durante a vida inteira. Escolheu ser reitor desta universidade. Lutou por isso. Morreu por isso”, disse Maria Malta.



Arquivo

“
Manter a redação original é incorrer em uma possível falta de Comissão de Avaliação para os professores do CAp e, futuramente, da Escola”

Miriam Abduche Kaiuca
Representante EBTT

Afastamento docente

O parágrafo 4º do Artigo 44 prevê pontuação ao docente afastado “com apoio de órgãos de fomento nacionais ou internacionais para fins de pós-doutoramento, estágio sênior ou atuação como professor visitante ou pesquisador visitante em outra universidade ou instituto de pesquisa”. O artigo prevê a concessão de pontuação equivalente a 75% do valor de pontos estabelecidos para o Grupo I. Inicialmente, o parágrafo valia apenas para professores da Classe E (Titulares), mas, de acordo com o destaque da CPPD, aprovado pelo plenário, a indicação valerá para todas as Classes.

Prazos

Também foram aprovados prazos relacionados à promoção para a Classe E (Titular). A Comissão de Avaliação, de acordo com a Resolução, terá um prazo de 90 dias corridos a contar da data de publicação no Boletim da UFRJ, para concluir seus trabalhos e apresentar relatórios e parecer conclusivo. O resultado da avaliação será homologado pelo Conselho de Centro ao qual pertença a Unidade do solicitante. Caberá recurso da decisão junto a CPPD. O candidato deverá apresentar seu recurso no prazo máximo de 30 dias após a homologação do relatório da Comissão de Avaliação e a CPPD deverá apreciá-lo em até 30 dias. Caberá recurso final ao Consuni.

Silvana Sá - 24/07/2014



Perto do fim. Consuni deverá precisar de apenas mais uma sessão para encerrar as discussões sobre a regulamentação da carreira na universidade

CARREIRA

As deliberações do Consuni

Veja os principais pontos que o Conselho Universitário já aprovou desde a sessão de 5 de junho quando o colegiado começou a decidir sobre os artigos que compõem a Resolução da carreira

O próximo Consuni, dia 14 de agosto, deverá finalizar a aprovação da Resolução

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Muitos debates marcaram a etapa de deliberações sobre a carreira docente, que começou em 5 de junho no Conselho Universitário. Naquela ocasião, as Comissões Permanentes do colegiado (Legislação e Normas; Ensino e Títulos; e Desenvolvimento) apresentaram uma proposta de Resolução para regulamentação da progressão e promoção docentes. De lá para cá, foram cinco sessões ordinárias e duas extraordinárias. Essas últimas com ponto de pauta único.

O próximo Consuni deverá finalizar a aprovação da Resolução. A sessão está prevista para acontecer no dia 14 de agosto. Faltam apenas serem discutidos os destaques referentes a quatro artigos do documento: um novo artigo proposto pela Comissão Permanente de Pessoal Docente dá indicações para o caso de reprovação do docente candidato à promoção à Classe E (Titular) do Magistério Superior.

Outros dois artigos, também propostos pela CPPD, indicam como se dará o processo de avaliação, admissão de recursos e dispõe sobre a reprovação de candidatos à Classe E (Titular) da carreira EBTT. Um último destaque é proposto pela professora Maria Malta (Adjuntos do CCJE). O Artigo 68 compõe as Disposições Finais do documento e versa sobre pontuações relativas às atividades de Ensino para docentes que exerçam cargo de direção.

Público e gratuito

A regulamentação da carreira interna à UFRJ avançou em um ponto fundamental: a defesa da universidade pública e gratuita, defendida historicamente pelo movimento docente. O Conselho Universitário aprovou que todas as funções

de ensino, pesquisa e extensão que compõem o fazer acadêmico dos professores devem preservar o "caráter público e gratuito" para que sejam consideradas nas progressões e promoções. A expressão passou a fazer parte do caput do Art. 12

da Resolução.

A emenda sobre a inclusão da expressão "atividades de caráter público e gratuito" foi encaminhada pela CPPD e gerou enorme discussão quando foi defendida para a pós-graduação – para atividades de graduação

a emenda já havia sido aprovada sem polêmicas. Conselheiros se dividiram entre a defesa e a negação da emenda. A aprovação desta emenda preservou as atividades fundamentais não só da carreira, mas também da universidade.



Atividades de magistério

É resultado do acúmulo de entendimentos e discussões no Conselho Universitário, nos Conselhos de Centro e reuniões de Unidade o entendimento de que o fazer docente engloba um grande conjunto de atividades. E que há perfis variados para exercer essas atividades. Dessa maneira, o Consuni aprovou que a avaliação de desempenho do docente deverá levar em conta as atividades de magistério agrupadas da seguinte forma: atividades de Ensino Básico, Graduação e/ou Pós-graduação; atividades de Pesquisa e Produção Intelectual; atividades de Extensão; atividades de Gestão e de Representação; e qualificação acadêmico-profissional e outras atividades.

Promoção sem Titulação

O artigo 9º da Resolução prevê que a "promoção do docente para o primeiro nível da Classe B (Assistente) sem título de Mestrado, e para o primeiro nível da Classe C (Adjunto) sem título de Doutorado" devem observar algumas condições. Uma delas é que o processo de avaliação necessita de autorização do CEPG e que o colegiado deve

ouvir a Congregação da Unidade ou colegiado equivalente ao qual o docente é lotado.

O Consuni eliminou a obrigatoriedade de apresentação de justificativa pelo candidato quanto à inexistência da titulação, por entender que haveria excessiva exposição do professor requerente. Esta foi uma importante conquista

para os docentes. Será necessária a apresentação e exame de memorial descritivo das atividades e defesa pública de seu conteúdo. A avaliação de desempenho será realizada por banca de três professores, para promoção à classe B (Assistente), e cinco professores, para promoção à Classe C (Adjunto).



Promoção para Titular

Muitos embates permearam os artigos relacionados à promoção para a Classe E da carreira. Na penúltima sessão do Consuni, realizada em 17 de julho, o colegiado aprovou uma diferenciação entre a avaliação do Grupo I de atividades (Ensino) e os demais grupos de atividades. Pelo entendimento dos conselheiros, o docente que pleitear a vaga de Titular deverá apresentar intensa atividade de ensino nos anos imediatamente anteriores ao pedido de promoção. Enquanto as demais atividades serão avaliadas ao longo dos 15 últimos anos.

EBSERH

Na Unirio, três segmentos fazem ato no HUGG

Professores, técnico-administrativos em educação e estudantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), organizaram o grande dia de mobilização para bar-

rar a adesão do Hospital Universitário Gaffrêe e Guinle (HUGG) à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Nesta quinta-feira, dia 31 de julho, a comunidade acadêmica se mobilizará para

mostrar à reitoria da Unirio que o HUGG não deve ser privatizado.

Às 6h será realizada uma panfletagem para dialogar com os usuários do hospital sobre os problemas que a ade-

são à Ebserh e a consequente privatização do HUGG causariam à saúde pública. Às 9h começará um debate sobre a situação dos Hospitais Universitários Federais do Rio de Janeiro, com presença de re-

presentações da UFRJ, UFF e do ANDES-SN. Após o debate, o movimento realizará um grande ato, em conjunto com a Associação de Moradores da Tijuca, bairro onde se localiza o HUGG.

MOVIMENTO DOCENTE

Governo congela os salários dos professores da Uerj

São 12 anos sem reajustes e perdas não são maiores por causa de conquistas como a Dedicção Exclusiva

Precarização das condições de trabalho e ingerências políticas ampliam problemas dos docentes

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

S em reajuste há mais de impressionantes 12 anos, os professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) travam lutas em busca de condições dignas de trabalho na instituição. De acordo com o cálculo da Seção Sindical da universidade, a Asduerj, a categoria amarga uma perda de 83% no período. A pauta salarial é a principal frente de luta.

“Nos últimos anos, em função da regulamentação do plano de cargos e carreira e da Dedicção Exclusiva, alguns professores tiveram alterações nos seus vencimentos. Mesmo assim, verificamos que, mesmo quem ganhou mais, ainda tem perda no mínimo de 20%”, informa Paulo Alentejano, diretor da entidade e professor da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP-SG) – unidade da Uerj.

Indignação

A conquista da Dedicção Exclusiva, em 2012, nem bem foi celebrada pelos professores, quando começou a circular a informação de que o governo do estado pretendia se valer de uma brecha legal para encolher o benefício: “A lei fala que os docentes que aderirem à DE farão jus a um adicional, mas é explícita também quanto à incorporação deste adicional à aposentadoria. Mas o Rioprevidência (o



Cerca de 180 professores se mobilizaram para a assembleia da Asduerj do último dia 17

instituto de previdência dos funcionários estaduais) não concorda” diz Alentejano.

O órgão insiste na tese de que o adicional não pode ser incorporado para efeito de aposentadoria. Segundo o dirigente, “a categoria está indignada”. A Asduerj contesta o sequestro do direito entre os já aposentados na Justiça e briga politicamente para alteração do texto da lei junto aos deputados da Assembleia Legislativa, explica.

Reitor algoz

Há críticas duras ao reitor Ricardo Vieiralves de Castro. Os professores contam que na

campanha salarial, a reitoria faz um esforço para limitar ao máximo a visibilidade e abafar o debate no Conselho. Já nas manobras voltadas para a restrição da DE, a reitoria agiu de forma ativa. Essa linha de atitude, dizem os professores, tem contribuído para a precarização das condições de trabalho.

Na Uerj, a Dedicção Exclusiva é opcional. Durante a sua regulamentação, o governo construiu uma regra de permanência na DE por três anos para evitar que as pessoas ficassem transitando de vínculo. A reitoria aproveitou para estender a regra. Quem

se aposentou na compulsória, por exemplo, antes de concluir os três anos no regime, ficou sem benefício. Outras pessoas, apesar de terem este direito, estão atrasando a aposentadoria por causa disso, relatam dirigentes da Seção Sindical.

Alentejano destaca a ação do Ministério Público do estado que obrigou a universidade a substituir os contratos precários de professores substitutos por concursados. “No lugar de substituir as vacâncias de aposentadoria por meio de novas vagas para o quadro, o que vemos é a reitoria indicar aumento da car-

ga horária dos professores atuais”.

Pela conta do sindicato, para compensar a perda dos professores substitutos seriam necessários entre 450 e 500 contratações por meio de concursos. Mas a reitoria pretende abrir apenas 230 vagas. O resto da carga horária ficará a cargo dos professores atuais.

Já a vida institucional na universidade é pouco transparente e frágil em termos democráticos. O Conselho Universitário da Uerj, que tem previsão de funcionamento mensal, teve apenas duas sessões em 2014.

Prisões políticas

A Uerj foi duramente golpeada na recente onda de prisões políticas de manifestantes. Além da Camila Jourdan, professora do Departamento de Filosofia, foram cinco estudantes, dois da Geografia, um da História, um da Educação Física e um da Filosofia. “Em todos os lugares que vamos, os professores fazem perguntas sobre a colega”, observa Bruno Deusdará, presidente da Asduerj. A repressão comoveu a comunidade na última assembleia, dia 17: “Estamos todos perplexos e tentando reagir à violência que está acontecendo, essa criminalização de qualquer movimento e luta”, completou seu colega de direção, Alentejano.

PIBIC amplia prazo para recursos

A data final para solicitação de recurso, para orientadores que não concordarem com as notas recebidas na seleção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), inicialmente agendada

para o dia 25 de julho, foi prorrogada para 1º de agosto. A reitoria da UFRJ não tornou públicas as notas dos orientadores, mas as informações podem ser obtidas na plataforma PIBIC.

Os professores que quiserem

saber o resultado precisam entrar na plataforma do programa, como indicado no edital. As notas entraram na plataforma PIBIC no dia 16 de julho, dando início à fase de recursos. Os professores podem pedir reavaliação dos itens que

considerarem mal julgados. Para ter direito a ao menos uma bolsa o projeto de pesquisa deve alcançar o mínimo de 320 pontos.

Muitos professores reclamaram que não foram informados quando da liberação das notas,

que ocorreu durante as férias. Isto acabou contribuindo para a extensão do prazo de apresentação de recursos. A Divisão do Programa de Bolsas comunicou a extensão do prazo às Unidades no dia 22 de julho.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Manual de Redação II

■ Nesses dias de satanização dos movimentos sociais, alguns veículos têm sido exuberantes na manipulação de palavras e expressões.

O Globo saiu-se com este título, há dias: "A conexão sindical".

O redator esmerou-se em dar conotação de conspiração criminosa que, supostamente, envolveria sindicatos financiando a violência em protestos.

Manual de Redação III

■ Em plena ditadura, nos anos 1970, jornais como O Globo e o Dia aqui no Rio costumavam trazer títulos (às vezes, em manchete) para noticiar prisões de combatentes do regime como este aí abaixo (com pequenas variações):

Polícia desbarata quadrilha de subversivos.

Manual de Redação IV

■ O Globo teve acesso ao conteúdo do inquérito dos ativistas antes mesmo do que os advogados dos acusados.

Mais estarrecedor, ainda: até o próprio desembargador Siro Darlan queixou-se de não ter acesso ao inquérito.

Àquela altura, o documento já tinha chegado às redações do grupo da família Marinho.



Manual de Redação

Nas redações de jornais, revistas, rádios e emissoras de TV nos anos mais brabos da ditadura havia uma espécie de índice com a lista de palavras e/ou expressões proibidas pelo regime.

Greve, reforma agrária, marxismo não podiam ser impressas e/ou faladas.

A palavra **tortura**, então, jamais poderia ser escrita ou pronunciada. Também se aparecesse em título de música, de peça de teatro ou de filme, era censura na certa. Há histórias curiosas surgidas de situações

surreais criadas pelos censores do regime. Waldick Soriano, cantor e compositor brasileiro que fez sucesso à época, foi chamado pelo DOPS para explicar o título do bolero "Tortura de amor". Quase acabou preso.

O índice pós-ditadura existe. Jornalões, revistas, rádios, mídias eletrônicas das grandes corporações obedecem, cada um, a um manual de redação político específico. Uns mais radicais do que outros, mas com pequenas variações. Por

exemplo: membros do MST são sempre **invasores**. No léxico da mídia em questão, não existe a palavra **ocupação**. O mesmo vale para as **invasões** urbanas. Manifestantes, em alguns veículos como (com licença da palavra) a Veja, são sempre **baderneiros** ou um **bando de baderneiros**. Assim como, nas editoriais internacionais, Fidel Castro nunca passou de **ditador**. O genocídio praticado por Israel matando crianças palestinas leva o singelo nome de **conflito**.

“Arte pra mim não é produto de mercado. Podem me chamar de romântico. Arte pra mim é missão, vocação e festa.”

Ariano Suassuna
★1927 †2014

lnt net

Manual de Redação V

■ A principal fonte da mídia para acusar os ativistas presos tem sido o inquérito policial ou o delegado, enfim, a polícia.

Para sugerir imparcialidade, ouve um pouco a versão de advogados de defesa.

Ou seja: não bastasse o reacionarismo, ainda considera o leitor/expectador como um ausente de qualquer possibilidade crítica.

Um jornal um pouco mais condescendente para atender aos leitores mais exigentes faz o perfil de um ou outro acusado – para que tenha o direito de dar sua versão dos fatos.

Manual de Redação VI

■ Para registro: o jornal O Dia foi um dos poucos que noticiou o grampo da polícia, com autorização da Justiça, nos telefones celulares dos advogados que defendem os ativistas.

Neste caso, até o telefone fixo do Instituto dos Direitos Humanos (IDDH) foi grampeado.

“O grampo do telefone do IDDH se constitui numa violação da prerrogativa dos advogados que trabalham no instituto pelo sigilo necessário nas conversas entre advogado e cliente”, acusou o coordenador do instituto, Thiago Melo.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



BRASIL

Sindicatos no alvo

Reunião na ABI marca rearticulação sindical contra perseguições políticas e solidariedade a ativistas denunciados em inquérito. Polícia também abriu processo sigiloso contra entidades sindicais

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

A conjuntura recente acabou ampliando a pauta do ato convocado pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) na quinta-feira 24. Além da defesa do direito de greve, sua motivação inicial, a reunião se transformou em manifestação política contra a tentativa de criminalizar entidades sindicais e o movimento social.

“Nossa tarefa neste momento é defender todo lutador e lutadora atacados, independente da organização ou filiação partidária”, disse Márcio Alexandre da Silva, dirigente da Apeoesp, sindicato dos professores de São Paulo. O processo movido contra 23 ativistas – soltos, no momento, por força de um *habeas corpus* – influenciou a atmosfera do encontro na ABI. A polícia procura envolver alguns sindicatos como supostos financiadores de atos violentos.

Além do Sepe, Sindipetro-RJ (petroleiros) e Sindsprev-RJ (funcionalismo público) foram citados pela polícia entidades investigadas num processo sigiloso. O setor da Educação vem sendo especialmente visado desde o início das greves do Ensino Superior (2012) e da rede básica (2013 e 2014). Durante o último movimento paralisista dos professores estaduais e municipais da rede, a retaliação aos militantes foi dura, com demissões e transferências.

Historicamente, o movimento sindical sempre foi alvo das forças da repressão. Francisco Soriano, diretor do Sindipetro, lembrou a campanha do governo de FHC contra os petroleiros em 1995: “Naquele momento, o governo bloqueou, como hoje é feito com os metroviários de São Paulo, as contas do sindicato”, disse.

Lei antigreve

Dirigente dos metroviários de São Paulo e um dos demitidos durante a greve recente da categoria, Paulo Pasin frisou que a repressão contra os educadores não é caso isolado. “Houve um consenso das elites depois da redemocratização pela preservação dos aparatos repressivos até os dias atuais”.

Pasin analisou ainda o papel do Judiciário na criminalização das lutas dos trabalhadores organizados: “Quando o Ministério Público de São Paulo diz



Solidariedade de classe e unidade deram tom às intervenções durante o encontro de entidades realizado na ABI dia 24

que temos que manter 100% do funcionamento do serviço no horário de pico e 80% nos demais, na prática está impedindo a greve”.

O professor Roberto Leher, do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, alertou para o recrudescimento e a sofisticação da repressão às organizações dos trabalhadores, destacando o investimento no setor da inteligência. “É muito significativo que aos 50 anos do Golpe (civil-militar de 1964) estejamos discutindo liberdades democráticas”, disse, registrando o aumento do número de greves nos últimos anos.

Mais de 200 pessoas passaram pelo encontro que reuniu, além de um número expressivo de entidades sindicais e estudantes, a Conlutas-CSP, movimentos pelos direitos humanos como o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) e representantes de outras organizações como o MST. Os partidos PCB, PSTU, PSOL e PCdoB também expressaram apoio aos professores. A Adufrj-SSind esteve no evento para se solidarizar. “Cada demitido é como um demitido de nossa categoria. Cada preso é também um preso para nossa categoria”, disse Cláudio Ribeiro, presidente da entidade.

NOTA DE REPÚDIO À CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O ANDES-SN e o SINASEFE repelem vigorosamente todas as formas de repressão que vêm sendo utilizadas pelo governo, pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que resultaram nas prisões de manifestantes e, mais recentemente, na decretação de prisão preventiva de 23 ativistas com base em denúncias vagas e suposto planejamento de ação. Baseia-se este repúdio no direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros de se manifestarem livremente, como também no direito à associação e liberdade de expressão. Tem sido corriqueira a criminalização dos movimentos sociais quando estes se manifestam contra os interesses dos governos de plantão.

Durante o período de realização da Copa do Mundo, vivenciou-se no Brasil um regime de exceção repressor só antes visto em tempo de ditadura militar. Não é possível aceitar em silêncio os desmandos de um governo que se utiliza dos aparelhos de estado para sufocar a sociedade crítica e aprofundar o processo de mercantilização e privatização que se instalou neste breve período de Copa do Mundo. O Brasil não vive mais na ditadura, vivemos o estado democrático de direito. A Lei da Copa não é a Constituição Brasileira.

O ANDES-SN e o SINASEFE reafirmam seu veemente repúdio às prisões arbitrarias e exigem o respeito aos movimentos sociais e a todos aqueles que lutam pela liberdade e defesa dos interesses do povo brasileiro.

Brasília, 25 de julho de 2014

ANDES-Sindicato Nacional

SINASEFE

Absurdos no inquérito

Durante a reunião na ABI, o advogado Thiago Mello, do IDDH, falou sobre as irregularidades presentes no inquérito que originou o pedido de prisão de 23 ativistas. “Por mais absurdo que possa parecer, o IDDH é citado nesse documento como ‘nave mãe’ de uma lista de 73 movimentos dos mais diversos”. A lista enumera núcleos independentes de comunicação, ONGs e até páginas humor na internet como “suburbano da depressão”. O advogado disse que o inquérito apresenta argumentos frágeis. Thiago Mello informou que permanece em sigilo um inquérito especial exclusivamente composto por entidades sindicais.